

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>JORNADAS DE JUNHO. CONTESTAÇÃO POLÍTICA, CRISE MUNDIAL E UM HORIZONTE DE POSSIBILIDADES</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Roberto Santana Santos</b>	Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	PPFH/UERJ	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O trabalho propõe uma compreensão das Jornadas de Junho de 2013 como o sinal de dois movimentos importantes e de grandes proporções: a chegada dos efeitos da crise econômica mundial ao Brasil e o esgotamento da política de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). A não construção de uma alternativa política viável que tenha como agenda as reivindicações de Junho (transporte, educação e saúde) forma um vácuo político, por vezes preenchido pela manipulação midiática de forças conservadoras que vão na contramão dos anseios populares.</p> <p>O texto apresenta a necessidade de uma política que, ao atender as reivindicações das ruas, poderia solucionar alguns problemas, como dinamizar a economia e oxigenar o sistema político, mas, invariavelmente, passaria por enfrentar grandes interesses do capital nacional e internacional e acirrar a luta de classes no Brasil. É por assumir ou combater esse programa que as forças políticas brasileiras podem disputar os “filhos e filhas” de Junho, jovens que ainda não decidiram seu direcionamento político e abrem possibilidades para o futuro do país.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Jornadas de Junho; Nova República; Dependência			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This paper proposes an understanding of the 2013 June Journeys as the sign of two important major movements: the arrival of the global economic crisis in Brazil and the depletion of the Workers' Party's governance policy. The failure to building a viable political alternative which has the schedule the claims of June (public transport, education and health) form a political vacuum, sometimes filled by media manipulation of conservative forces that go against the popular aspirations.</p> <p>The text presents the need for a policy that, to meet the claims of the streets, could solve some problems, such as boost the economy and oxygenate the political system, but invariably go through face major interests of the national and international capital and intensify the class struggle in Brazil. It is to assume or combat this program that Brazilian political forces can dispute the "sons and daughters" of June, young people who have not yet decided its political direction and opens possibilities for the future of the country.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
June Journeys; New Republic; Dependency			
EIXO TEMÁTICO			
3. Poder, Estado e luta de classes			

## **JORNADAS DE JUNHO**

### **contestação política, crise mundial e um horizonte de possibilidades**

Roberto Santana Santos<sup>1</sup>

Em junho de 2013, a população brasileira tomou as ruas do país, numa das maiores manifestações populares da sua história. O estopim para os grandes protestos foi o aumento da passagem de ônibus em diversas cidades, principalmente, nos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas. Os protestos foram crescendo em quantidades, periodicidade, volume de participantes e abrangência nacional, se desdobrando em várias pautas distintas – de cortes ideológicos diversos – desembocando em megamanifestações nas principais cidades, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro.

Com a mesma força fulminante que surgiram, terminaram. Os protestos quase diários em todo o país tiveram certa sequência por mais ou menos um mês e ficaram conhecidos como Jornadas de Junho. A maioria de seus participantes eram jovens, tanto trabalhadores, como de classe média, que se mobilizavam politicamente pela primeira vez na vida. Se o Movimento Passe Livre (MPL) catapultou os protestos a partir de São Paulo, logo, qualquer um começava ou adería a um protesto por meio da internet.

As redes, principalmente, o Facebook, foi utilizada como forma de convocação para mobilizações, denúncias de violência policial, constrangimento de políticos, divulgação de pautas. Em certo momento, disputou a narrativa do que acontecia nas ruas com a grande mídia. Ficava evidente para a população brasileira as narrativas distintas do que ela via na internet quando comparado à televisão.

A grande mídia foi forçada a mudar sua abordagem dos fatos, quando sua credibilidade era questionada pelo o que as pessoas viam nas ruas e nas redes. Os próprios profissionais da grande imprensa sofriam na cobertura *in loco*, seja sendo alvos da violência policial, ou sendo hostilizada pelos manifestantes. Nem por isso a grande mídia se tornou menos tacanha. Do apelo à repressão contra os manifestantes, passou à tentativa de pautar as mobilizações, direcionando-as para um vazio “contra a corrupção” com endereço certo: desgastar o governo Dilma visando às eleições presidenciais de 2014.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Políticas Públicas pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ). Mestre e graduado em História pela mesma instituição. Secretário Executivo Adjunto da REGGEN (Rede de Economia Global e Desenvolvimento Sustentável) da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e UNU (Universidade das Nações Unidas). Contato: robertossrj@gmail.com

Algumas características desses protestos devem ser ressaltadas. Primeiro, a participação juvenil, não de uma juventude organizada politicamente (que também esteve presente), mas de uma juventude que teve contato com a rua como forma de manifestação política pela primeira vez na vida. As duas últimas grandes mobilizações populares da história brasileira tinham sido a campanha das Diretas Já (1983-84) e o Fora Collor (1992). Portanto, temos aí pelo menos duas, talvez três gerações de jovens que nunca tinham vivido essa experiência.

A segunda característica desses protestos foi a já citada utilização da internet, principalmente das redes sociais, como o Facebook, para marcar manifestações e divulgar notícias, coberturas jornalísticas e denúncias que fizeram um contraponto à grande mídia. E como se encontra de tudo na rede, da esquerda à direita, chegou-se um momento que as ruas passaram a refletir essa “diversidade” ideológica, com pautas diferentes sendo levantadas pelos manifestantes, quase sempre antagônicas, como desmilitarização das polícias e intervenção militar contra o governo “comunista” do PT.

Uma terceira característica foi a ausência de liderança e o rechaço a entidades tradicionais da política representativa, como partidos políticos, sindicatos e agremiações estudantis. Nesse ponto, chega ao Brasil a crise de representatividade que passa a “democracia” liberal em todo o mundo, principalmente nos Estados Unidos e União Europeia, onde cada vez mais observamos eleições sem eleitores.

A pasteurização da política, característica do neoliberalismo, faz com que partidos que se apresentam com pautas distintas assumam o mesmo programa ao se tornarem governo, em nome da “tecnicidade apolítica” do mercado na condução econômica. Talvez a maior parte dos indivíduos não saiba explicar sociologicamente todos os aspectos da apatia política-representativa do mundo atual, mas a sentem, e se afastam dos pleitos que para ele/ela, pouca influência trazem para melhorar seus problemas cotidianos (SANTOS, 2004).

Essa “crise de representatividade” chegou ao Brasil pelo esgotamento das forças políticas da Nova República. Os principais partidos do país no pós-ditadura (PMDB, PSDB e PT) já passaram pelo governo federal, e foram incapazes de resolver os grandes problemas socioeconômicos do nosso povo, o maior deles, o caráter dependente de nossa economia e seus desdobramentos sociais. Mais do que isso, com o abandono do PT de históricas bandeiras populares, fica difícil distinguir diferenças entre as diversas siglas. A inclusão pelo consumo realizada pelos governos petistas não foi suficiente para solucionar

os problemas da população e, mais importante, não mobilizaram a massa brasileira por um projeto alternativo de poder.

A quarta novidade foi a mobilização espontânea dos manifestantes, por meio de manifestações marcadas pela internet, assembleias abertas e horizontais realizadas publicamente, sem a presença de lideranças evidentes, demonstrando uma clara rejeição aos partidos e forças políticas tradicionais. Nas manifestações mais numerosas não foram raros os casos em que militantes de partidos e movimentos de esquerda foram hostilizados e/ou agredidos. Esse fato revela não só novas formas de organização política e uma crise de representatividade de algumas forças tradicionais, como também a diversidade de posicionamentos que se apresentava em alguns momentos.

É importante salientarmos que o Brasil entrou numa era de manifestações já iniciada no mundo inteiro, com vários exemplos: A Primavera Árabe, o *Ocuppy Wall Street* nos Estados Unidos, os Indignados na Espanha, *yo soy 132* no México, ou os protestos da Praça Taksim na Turquia, ocorrido dias antes às mobilizações brasileiras. O misto de acesso à internet e crise de representatividade política demonstra que os indivíduos, principalmente a juventude, procuram novas formas de mobilização.

Essas novas formas foram capazes de levar multidões às ruas e têm grande potencial quando dirigidas para pautas específicas, de fácil entendimento e que afetam o cotidiano das pessoas, como é o caso do preço das passagens. No entanto, ainda não foram capazes de promover um avanço organizacional posterior, o que pode significar uma capacidade de influência na conjuntura limitada, ou, num plano mais pessimista, direcionar a frustração juvenil para comportamentos conservadores.

Fato é que na reivindicação imediata, as Jornadas de Junho saíram vitoriosas, com a redução da passagem em mais de cem cidades do país. Mais do que isso, colocou várias pautas progressistas nas discussões políticas atuais, como a monopolização midiática e a necessidade de desmilitarização das polícias. No entanto, por outro lado, não teve um saldo organizacional forte. Grandes manifestações não se repetiram como aquelas de junho de 2013, nem mesmo quando eram contra aumentos de passagens. As eleições no ano seguinte viram um avanço da direita, inclusive do fascismo, situação que nos encontramos até o presente momento.

Protestos contra o aumento da passagem já aconteciam no Brasil desde 2003, com a Revolta do Buzu<sup>2</sup>, em Salvador. A própria criação do MPL data de 2005, nas conquistas da juventude de Florianópolis contra o aumento da passagem no ano anterior, além de diversas outras mobilizações. Ano a ano, mais manifestações ocorriam, chegando a 2013, onde anterior a junho, grandes mobilizações já haviam ocorrido no início do ano em Porto Alegre e Goiânia, com a mesma pauta (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013. P. 13-18).

É importante compreendermos que a Copa das Confederações da FIFA – ocorrendo naquele momento, e a Copa do Mundo no ano seguinte, foram também catalisadores da revolta popular. Uma população que passou a consumir mais, inclusive mais informação, começou a perceber os contrastes entre os péssimos serviços de transporte, saúde e educação que lhe eram ofertados, com os suntuosos estádios que eram construídos para os torneios de futebol.

Porém, compreendemos que o estouro das Jornadas de Junho em 2013 por parte de uma população que em nenhum outro momento de sua história teve condições de vida menos indignas do que agora guarda sua explicação em dois pontos fundamentais: a chegada da crise internacional do capitalismo ao Brasil e o esgotamento do projeto petista de governo. São esses pontos fundamentais que propomos uma reflexão nesse artigo.

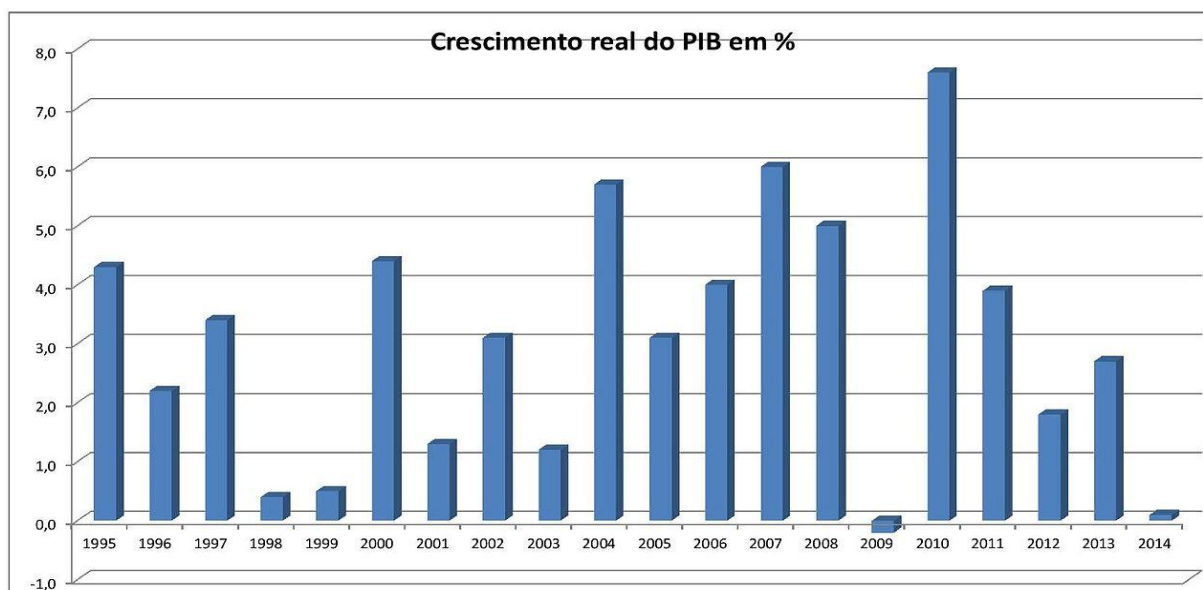
### **A Crise mundial chega ao Brasil**

Desde 2008 a economia mundial se encontra fortemente combalida. A crise dos *subprimes*, a quebra de importantes instituições financeiras, como a Lehman Brothers, a retração e o déficit público colossal dos Estados Unidos, e a conseqüente recessão na América do Norte e, principalmente, na União Europeia mostram-se como uma profunda crise do capitalismo global.

Em um primeiro momento, o crescimento da economia brasileira parecia ter saído bem desse choque mundial. Após anos de crescimento econômico e queda dos indicadores de miséria durante a década de 2000, o país acompanhou a queda geral da economia mundial em 2008 e 2009, mas logo se recuperou em 2010, com o maior crescimento anual em quarenta anos.

---

<sup>2</sup> A Revolta do Buzu ganhou um excelente documentário. Filme de Carlos Pronzato, disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA> >



Dados IBGE.

No entanto, observamos uma desaceleração forte a partir de 2011, que coincide com o primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff. O maior índice foi em 2011, com 3,9%, chegando a 2014 com um crescimento pífio de 0,1%. Fato é que nossa economia perdeu o dinamismo da década anterior, o que prejudicaria as políticas sociais do governo petista. Precisamos compreender então como a atual crise mundial do capitalismo está afetando nossa economia.

O caráter dependente da economia brasileira a deixa vulnerável às flutuações do cenário mundial. Seguimos aqui a definição de Ruy Mauro Marini, compreendendo dependência como

(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (MARINI, 2000. P. 109).

No capitalismo globalizado, as economias latino-americanas adquirem uma nova roupagem, a que Jaime Osorio chama de “padrão exportador de especialização produtiva”. Identificamos nesse novo padrão, como a especialização das economias dependentes em determinados tipos de produção (primária e/ou secundária), controladas pelo capital

transnacional, e que funcionam como transferências de riquezas dos países dependentes para os países centrais, eixo principal do capital transnacional (OSORIO, 2012. P. 37-86). Soma-se à essa especialização produtiva, uma outra modalidade de transferência de valores para as economias centrais, por meio do capital financeiro, no pagamento de juros, empréstimos, fretes e amortizações.

Portanto, na atual fase neoliberal e globalizada do capital, os países periféricos são especializados na produção de determinados produtos e na transferência de valor por meio da dependência tecnológica e financeira. Aos países centrais cabe o controle do processo de produção global, a monopolização das tecnologias de ponta e das finanças mundiais.

Nesse cenário que se desenrola a partir da década de 1980 e se aprofunda no século XXI, coube ao Brasil se tornar um grande exportador de produtos primários, conhecidos no mercado mundial como commodities. Dessa forma, o país passa pelo o que chamo de fenômeno RDT – reprimarização, desindustrialização e transnacionalização, num movimento de perda de composição técnica e soberania de sua economia.

Os principais produtos da pauta exportadora brasileira hoje são primários, como soja, milho, carne bovina, frango e minério de ferro. O petróleo passa a ser cada vez mais presente também nessas operações e tende a subir, com o início da exploração do pré-sal. O preço dessas commodities passa a decair a partir da década de 2010 com o prolongamento da crise mundial e a queda da demanda chinesa, nosso principal comprador.<sup>3</sup>

Comparando o triênio 2000-2002, com o triênio 2007-2009, as exportações de matérias-primas brasileiras aumentaram de 23,7% para 33,6% do total. Enquanto isso, no mesmo período tivemos baixa da percentagem de exportações em todos os outros setores: manufaturas baseadas em recursos naturais (queda de 21,9% para 19,8%), manufaturas com tecnologia alta, média e baixa (queda de 47,1% para 39,1%) e serviços (queda imperceptível de 7,5% para 7,4%) (Dados da CEPAL. OSORIO, 2012b. P. 117).

Para uma economia primária-exportadora, a flutuação dos preços internacionais de seus principais produtos é motivo de mudanças no direcionamento geral. Se os excedentes criados pela alta dos preços das commodities na década de 2000 (governo Lula) permitiu uma política de redistribuição de renda, valorização do salário, aumento do mercado

---

<sup>3</sup> Para dados na relação Brasil-China nos anos 2000 e 2010, ver “China: os impactos no Brasil de um novo modelo de crescimento”. Disponível em: <<https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes/macro-visao/china-os-impactos-no-brasil-de-um-novo-modelo-de-crescimento>> Acesso em 02/07/2015.

interno e dinamização da economia; uma baixa promove efeito reverso, com queda nos investimentos públicos capazes de orientar a economia, e retorno do receituário neoliberal, com aumento dos juros, maior exploração da força de trabalho, recorte de direitos trabalhistas e privatizações (para abertura de novos investimentos ao capital privado, majoritariamente, transnacional).<sup>4</sup>

Em junho de 2013, os primeiros sinais de que a economia brasileira ia mal e de que soluções palpáveis não estavam à vista já podiam ser sentidos, mesmo que ainda não de forma tão veemente. Por outro lado, precisamos compreender as mudanças trazidas pelos governos petistas à sociedade brasileira, para podermos discernir, porque junho de 2013 é produto das políticas petistas e, ao mesmo tempo, prenúncio de sua inviabilidade em prosseguir.

### **Governos petistas e Jornadas de Junho**

O ano de 2013 marcou uma década de presidência da República nas mãos do PT. Entre os governos Lula e Dilma, mudanças significativas de cunho socioeconômico foram implementadas. Acreditamos que tanto as diferenças, quanto as semelhanças em relação aos governos do PSDB (Fernando Henrique Cardoso), nos ajudam a explicar a explosão de descontentamento das Jornadas de Junho.

O que os governos petistas trouxeram de novo foi um combate à miséria extrema, com redistribuição de renda por meio do Bolsa-família, e a criação de um mercado de massas no Brasil, principalmente, entre outras medidas, pela política de valorização do salário-mínimo. Podemos adicionar a essas políticas, a liberação do crédito consignado (que permitiu empréstimos para a população de baixa renda), e políticas de acesso ao Ensino Superior – como o sistema de cotas nas universidades federais e o PROUNI<sup>5</sup> – e ensino técnico, como o PRONATEC.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Em meados de 2015, momento em que esse artigo foi escrito, a situação se agravava. A baixa nos preços das commodities e a queda da demanda chinesa se somaram à queda nos preços do petróleo, oriundos de uma manobra estadunidense via Arábia Saudita, para sufocar seus inimigos geopolíticos, Rússia, Venezuela e Irã. A manobra também visa tirar a Petrobras do controle do pré-sal, abrindo espaço para as transnacionais. A operação Lava-jato, investigação sobre casos de corrupção na petroleira, também paralisaram boa parte de seus investimentos.

<sup>5</sup> Programa Universidade para Todos. Programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

<sup>6</sup> Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Cursos gratuitos de educação profissional e tecnológica no país.



As consequências para o povo brasileiro dessas medidas foram muito benéficas. Uma redução significativa da miséria extrema, um aumento da capacidade de consumo da classe trabalhadora, dinamização do mercado interno. As altas taxas de crescimento econômico do governo Lula passam boa parte por esse aumento do consumo por parte de uma até então demanda reprimida de boa parte da população. Criou-se então um mercado fordista (consumo de bens duráveis e serviços) tardio, como aponta Pochmann (2014). Mesmo o Bolsa-família, garantindo renda mínima para os mais pobres, é capaz de dinamizar economias locais, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste.

Essa inclusão pelo consumo em nenhum momento entra em choque com os interesses do grande capital. Isso porque não se trata de reformas no sistema capitalista, mas uma simples distribuição de renda que não onera os cofres públicos<sup>7</sup>, e ajuda a dinamizar o mercado interno, aumentando o consumo. Os governos petistas não reviram nenhuma das políticas neoliberais implementadas na década de 1990 pelos governos Collor e FHC. Não reverteram privatizações, flexibilizações nos direitos trabalhistas, nem tampouco a o fenômeno RDT.

Em alguns casos essas questões foram aprofundadas. A reforma da previdência foi realizada no primeiro ano de governo petista, em 2003, o que penalizou os aposentados. Se a privatização da Petrobras foi deixada de lado, se passou a privatizar boa parte da infraestrutura do país, como portos, aeroportos, ferrovias e rodovias. Em 2012 a composição da pauta exportadora brasileira chegou a incríveis 65,3% de produtos primários (Dados da CEPAL. CARCANHOLO, 2014. P. 14).

Sem reformas estruturais, a política petista funcionou por pelo menos uma década. Isso se deve em primeiro lugar, a crise de hegemonia do pensamento neoliberal na virada do século, principalmente na América Latina. Devemos recordar a baixíssima aprovação do governo Fernando Henrique Cardoso ao seu término e a incapacidade e divisão da direita brasileira nas eleições de 2002. Ao mesmo tempo recordamos que essas eleições foram realizadas sob o signo do caos financeiro e social na Argentina ocorrido no ano anterior e o aparecimento de um projeto alternativo e radicalmente contra o neoliberalismo na Venezuela de Hugo Chávez.

---

<sup>7</sup> O Bolsa-família custa menos de 1% do PIB brasileiro. “Bolsa Família é um programa barato, diz economista”. Disponível em: < <http://www.dci.com.br/politica/bolsa-familia-e-um-programa-barato,-diz-economista-id344667.html> > Acesso em 02/07/2015

Em segundo lugar, a situação era tão ruim antes de Lula, que medidas de inclusão pelo consumo tinham realmente grande potencialidade de modificar a estrutura social brasileira. Nas palavras de André Singer:

O lulismo partiu de grau tão elevado da miséria e desigualdade, em país cujo mercado interno potencial é expressivo, que as mudanças estruturais introduzidas, embora tênues em face das expectativas mais radicais, tiveram efeito poderoso, especialmente quando vistas da perspectiva dos que foram beneficiados por elas: o próprio subproletariado (SINGER, 2012. P. 21).

A partir das eleições presidenciais de 2006, o apoio dos mais pobres beneficiados pelas medidas petistas se converteu num eleitorado numeroso e fiel, que decidiu os pleitos de 2006 (reeleição de Lula) e 2010 (eleição de Dilma) com ampla vantagem para as candidaturas petistas. Estava assim colocado um divórcio do voto conservador dos mais pobres, que passaram a apoiar uma proposta política que modificou suas vidas substancialmente, e ao mesmo tempo, a ida da classe média para as fileiras da oposição de direita, encabeçada pelo PSDB, e abastecida no vazio discurso do “contra a corrupção”.

O problema se coloca a partir do momento em que a crise internacional passa a retirar boa parte dos excedentes que vinham sendo direcionados para políticas sociais e obras de infraestrutura capazes de dinamizar a economia; e por outro lado, a tomada de consciência dessa classe trabalhadora, agora com alguma capacidade de consumo, de que essa sua renda não lhe traz boas condições de saúde, educação e transportes.

Essa nova classe trabalhadora, de carteira assinada e consumidora, ainda depende dos sistemas públicos de saúde, educação e transportes. Seu acesso a um patamar de vida superior à sua condição anterior, assim como o acesso à informação (o que não quer dizer conhecimento), com a possibilidade de agora ter internet, *smartphones* e TV por assinatura, faz com que a classe trabalhadora demande uma contínua melhora nos serviços públicos, dos quais ainda é dependente.

Isso fica evidente quando cruzamos com o perfil da maioria dos manifestantes nas Jornadas de Junho e suas pautas de reivindicações:

Os dois governos Lula não foram capazes de criar novos direitos sociais (...). Pesquisa da empresa de consultoria Plus Marketing na passeata de 20

de junho de 2013 no Rio de Janeiro mostrou que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos. A idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos. (...) Os aumentos nos gastos sociais não aliviam quase nada as carências desses setores. Uma pesquisa nacional realizada pelo Ibope durante as passeatas do mês de junho de 2013 mostrou que os problemas mais citados pelos manifestantes eram a saúde (78%), a segurança pública (55%) e a educação (52%). Ademais, 77% dos entrevistados mencionaram a melhoria do transporte público como a principal razão dos protestos. Estamos diante de um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade (BRAGA, 2013. P. 79-82).

O que podemos perceber dos dados e da reflexão apresentada é que o grosso dos manifestantes de Junho de 2013 pertencia justamente à classe trabalhadora que foi beneficiada pelas políticas petistas. Ao mesmo tempo, pelas suas pautas, também percebemos como houve lacuna por parte do Governo Federal em melhorar os serviços públicos dos quais dependem esses trabalhadores e trabalhadoras precarizadas, e que compunham as pautas de reivindicações dos protestos: transporte público como o estopim das mobilizações, acompanhado posteriormente de saúde e educação.

A inclusão pelo consumo não foi o suficiente. Pelo menos ela cumpriu um primeiro passo, de retirar milhões da miséria e fomentar um mercado de massas (com muito lastro para crescer ainda mais). Mais ela não resolve os problemas dos serviços públicos, de péssima qualidade a que esse proletariado precarizado necessita, ou então muito caros, como é o caso do transporte, principalmente nas capitais e regiões metropolitanas.<sup>8</sup> Contra essa situação, pelos seus direitos que são na verdade necessidades, se mobilizou a classe trabalhadora em junho de 2013.

Como já colocado anteriormente, o projeto petista não se sustenta sem crescimento econômico. Uma nova rodada de inclusão demanda investimento público e enfrentamento dos interesses do grande capital, algo que o governo e o PT parecem não estar dispostos a

---

<sup>8</sup> O certo seria dizer transporte coletivo, pois, sendo público, não poderia estar em mãos privadas que cobram preços exorbitantes pelas passagens, concedendo péssimo serviço.

realizar. Com isso o projeto petista perde capacidade de inclusão e não soluciona os problemas colocados pela sua base de apoio, a classe trabalhadora precarizada.

Isso prejudica o outro pilar da política petista, sua fortaleza de votos nesse mesmo setor social. As eleições de 2014 deixaram claro essa questão. Por mais que o Nordeste e o Norte continuem massivamente votando no PT, a perda de votos nos grandes centros urbanos do Sudeste e Sul por parte de Dilma é enorme. Não podemos computar essa perda de apoio a votos somente da classe média. O PT perdeu apoio em boa parte da classe trabalhadora dos grandes centros urbanos, como São Paulo (derrota fragorosa), Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, perdendo votos inclusive onde ainda conseguiu vencer, como no Rio de Janeiro. Nessa cidade, a vitória no segundo turno foi por décimos de votos, enquanto no primeiro turno ganhou Marina Silva do PSB.<sup>9</sup>

Analisando os dados eleitorais do segundo turno, podemos perceber que a queda de votos de Dilma foi pequena, comparada a 2010 (1.251.411 votos a menos). Os votos nulos e brancos, somados à abstenção até diminuíram levemente (28,2% em 2010 para 27,4% do eleitorado em 2014). Por outro lado, a subida de votos do PSDB é grande. José Serra, candidato em 2010, fez 43,95%, totalizando 43.711.588 eleitores. Já Aécio Neves, candidato em 2014, fez 48,36% com 51.041.155 de eleitores. Um ganho de mais de 7 milhões e 300 mil votos. A queda de Dilma foi na casa dos 1 milhão e 200 mil e o número de nulos, brancos e abstenções se manteve estável, com leve queda. De onde saíram então os mais de 7 milhões de votos ganhos pela direita entre 2010 e 2014?

Baseado nas características dos governos petistas, de inclusão pelo consumo sem choque com o grande capital, e, ao mesmo tempo, os sinais de esgotamento do mesmo com a desaceleração da economia brasileira frente à crise internacional, defendo que essa diferença eleitoral se explica pelo voto dos jovens das grandes regiões metropolitanas do Sul e Sudeste, que exerceram o sufrágio pela primeira vez. Ou seja, os novos eleitores. Um grupo social entre 16 e 22 anos, que não viveu a realidade do desemprego, do subconsumo e da miséria dos anos 1990, durante o governo FHC/PSDB.

---

<sup>9</sup> Dados eleitorais do TSE. IN: “Eleição presidencial no Brasil em 2010”. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_presidencial\\_no\\_Brasil\\_em\\_2010](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2010)>. “Eleição presidencial no Brasil em 2014”. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_presidencial\\_no\\_Brasil\\_em\\_2014](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2014)>. “Votação para presidente nas principais cidades” Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-zona-eleitoral-presidencia/2-turno.html>> Acessos em 30/06/2015.

Essa juventude foi criada nos tempos de Lula e Dilma e não viu contradição em votar na direita, provavelmente embalada pelo cerco midiático conservador que é diariamente colocado pelos meios de comunicação monopolizados. Essa juventude não viveu as dificuldades dos anos 1990 (nem as anteriores) e já se inseriu no mundo do trabalho com a capacidade de consumo dos anos petistas e com o acesso à informação dos meios digitais. Essa juventude participou das Jornadas de Junho de 2013, nas ruas e nas redes, e não viu suas reivindicações atendidas.

Isso indica uma perda de poder de convencimento do petismo justamente entre a juventude trabalhadora que suas políticas sociais criaram. O petismo não mobilizou politicamente essa juventude, não respondeu seus anseios por melhorias no serviço público, deixando-a sob a égide do discurso conservador. O petismo está perdendo, ao mesmo tempo, sua capacidade de fazer políticas sociais, e sua capacidade de mobilizar o eleitorado que é beneficiado por essas mesmas políticas. E o primeiro indicador é o afastamento do eleitorado jovem do projeto político do Partido dos Trabalhadores.

### **A partir de Junho**

As Jornadas de Junho abriram um horizonte de possibilidades para a política brasileira e o destino nacional. Essa onda de protestos deixou marcas a curto, médio e longo prazo. Tentamos aqui uma conclusão para o artigo, mas uma conclusão que seja mais uma análise política do impacto das manifestações, de uma conjuntura aberta e ainda em desenvolvimento.

No curto prazo é importante salientarmos que as Jornadas de Junho venceram na sua reivindicação imediata. Mais de cem cidades, incluindo as principais capitais, abaixaram o preço das passagens dos transportes coletivos. Sendo essa a principal bandeira no calor das manifestações, tratou-se de uma grande vitória da sociedade mobilizada. Isso tem um impacto fundamental na mentalidade das pessoas. É necessário para a população as vitórias, mesmo que pequenas e momentâneas. É politicamente pedagógico a população aprender que pode vencer a partir da mobilização política, que a política está muito além das eleições.

Por outro lado, não houve resposta contundente dos governos, federal, estaduais e municipais às principais demandas da população. A presidenta Dilma propôs cinco pontos que seriam uma espécie de “pacto” entre as forças políticas do país para responder às

manifestações.<sup>10</sup> Corrupção como crime hediondo, R\$ 50 bilhões para os transportes e desoneração fiscal para esse setor em estados e municípios, criação do Mais Médicos<sup>11</sup> foram de fato realizados. O Congresso aprovou a divisão de 75% dos royalties do pré-sal para a educação e os outros 25% para a saúde.

No entanto, o mesmo Congresso barrou qualquer pretensão da presidenta em relação a um plebiscito sobre a Reforma Política. A reação veio da própria base aliada fisiológica do governo Dilma, especialmente o PMDB. Ficou claro que os parlamentares não desejavam que o povo decidisse sobre os destinos políticos. A posição era evidente: somente o Congresso deve legislar sobre a Reforma Política, evitando medidas que se traduzissem no exercício direto do poder pela população, ou aprovação de medidas democráticas, como a proibição do financiamento empresarial de campanhas eleitorais.<sup>12</sup>

A verdade é que os pontos propostos eram tímidos, como os parcos R\$ 50 bilhões para os transportes em nível nacional, assim como, as medidas mais aprofundadas – como o plebiscito pela Reforma Política – foram barrados. Da mesma forma, em 2014, as tarifas de transporte voltaram a aumentar, com o retorno dos protestos, mas sem a mesma proporção do ano anterior. Nas eleições 2014 o conservadorismo ganhou espaço, principalmente no Congresso, reduzindo o número de congressistas ligados ao mundo do trabalho e pautas sociais, e aumentando os representantes empresariais, do agronegócio, das igrejas evangélicas e outros setores de direita.

Expomos nesse artigo que as Jornadas de Junho de 2013 foram uma manifestação contundente de um pano de fundo maior: as consequências da crise mundial no Brasil e o esgotamento das políticas sociais petistas. Ambos os pontos estão interligados, pois as políticas como o Bolsa-família, PAC, Minha Casa Minha Vida, entre outras, só podem ser realizadas com plenitude num ambiente de crescimento econômico e alta das commodities no mercado internacional.

Sem esse cenário que se demonstra na atualidade, a política de “ganha-ganha” do modelo petista de governo não se sustenta. Sem a progressiva melhora dos indicadores

---

<sup>10</sup> “Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política” Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>> Acesso em 01/07/2015

<sup>11</sup> Programa do governo que estimula a ida de médicos/médicas para o interior ou periferias das grandes cidades. Num primeiro momento a maioria dos profissionais eram cubanos, o que causou uma história da direita brasileira, muito numerosa na categoria médica, em barrar o programa, sem sucesso. No segundo ano, brasileiros passaram a ser maioria.

<sup>12</sup> “Congresso rejeita plebiscito com ajuda do PMDB”. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/07/congresso-rejeita-plebiscito-com-ajuda-do-pmdb.html>> Acesso em 01/07/2015

sociais e o crescimento econômico, o modelo petista chega num gargalo, onde novos avanços demandam enfrentamento aos interesses do capital. Isso o PT não quer fazer e nem teria forças para tal, caso fosse seu desejo. O rebaixamento dos juros, por exemplo, daria mais fôlego de investimento público para o governo, reaquecendo a economia. Mas nesse caso, se entraria em confronto direto com o capital financeiro transnacional. Uma política de reforma agrária conteria a inflação dos alimentos, geraria renda e mais consumo. Mas como fazer tal reforma se o Ministério da Agricultura sempre foi entregue ao agronegócio nos governos do PT?

Pessoas que agora se alimentam e se vestem com dignidade, mesmo que ainda muito pobres, começam a perceber os direitos que lhe foram negados desde sempre. Pessoas que passam a ter um padrão de consumo um pouquinho melhor, comparado ao que sempre lhe foi imposto, começam a perceber que precisam de serviços públicos melhores. As mudanças na estrutura social brasileira promovidas pelas políticas do PT tendem a fazer o padrão de exigência do brasileiro aumentar, principalmente naquilo que lhe é imposto a altos preços (financeiros e sociais).

Com o baixo crescimento e a desaceleração da economia, a perda de hegemonia petista se traduz na redução da sua fortaleza de votos. A vitória na reeleição de Dilma em 2014 mostrou claramente um rechaço amplo ao PT, especialmente nas grandes cidades do Sul e Sudeste. Tal diferença negativa de votos quando comparada a pleitos anteriores, não pode ser somente creditado ao voto da classe média. Uma parte significativa da classe trabalhadora de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília votou em candidaturas mais à direita (Aécio e Marina). Destaca-se, em nossa avaliação, a probabilidade alta de boa parte dos que votaram pela primeira vez na vida (jovens entre 16 e 22 anos), terem escolhido candidaturas conservadoras.

As Jornadas de Junho de 2013 foi o primeiro grande levante popular desde o fim da Ditadura em que o PT não esteve participando de maneira contundente. Vale a reflexão de Mauro Iasi sobre os protestos e os governos petistas:

A forma de explosão é compreensível. O caminho escolhido pelo ciclo do PT e sua estratégia desarmou a classe trabalhadora e sacrificou sua independência pela escolha de uma governabilidade de cúpula na qual a ação política organizada da classe jamais convocada. O resultado do governo de coalizão de classes promovido pelos governos petistas não foi

o esperado, isto é, um acúmulo de forças que diante da impossibilidade de uma alternativa socialista, deveria gerar uma democratização que prepararia terreno para futuros avanços. O acordo com a burguesia na cúpula produziu na base social uma reversão na consciência de classe e uma inflexão conservadora no senso comum (IASI, 2013. P. 41-46).

Devemos então compreender que as Jornadas de Junho ainda não criaram um saldo organizativo das forças progressistas da sociedade que estiveram ali presentes. Pautas como transporte, saúde e educação, são claramente pautas não só da esquerda, mas da classe trabalhadora que depende claramente desses serviços. A classe média anda de carro, tem plano de saúde e escolas particulares. As bandeiras de Junho de 2013 são bandeiras dos trabalhadores/trabalhadoras precarizadas do país. Portanto, aquela massa de indivíduos nas ruas ainda não encontrou sua forma de organização política, ou uma força social capaz de traduzir seus anseios. Está claro que não se vê nos atuais partidos políticos (daí a crise de representatividade), mas também não foi capaz de criar novas agremiações que deem expressão aos seus anseios até o presente momento.

Acreditamos que esse processo se dê a médio/longo prazo. As atuais forças políticas do Brasil, a maioria oriunda do processo de Transição ao fim da Ditadura, não irão simplesmente desaparecer, mesmo se mostrando cada vez mais sem respaldo popular. Por outro lado, novas organizações e blocos políticos oriundos de Junho de 2013 ainda passarão por um certo período de maturação. Esse processo pode inclusive passar por um inverno conservador, como a maioria dos analistas políticos avalia o Brasil atual.

O que é necessário compreender é que mesmo com o fim das manifestações, o país não será mais o mesmo. E principalmente, aqueles “filhos e filhas de Junho” também não. Esses jovens que tiveram suas primeiras experiências políticas naquela ocasião podem ser os grandes militantes e organizadores políticos de amanhã, um amanhã não tão longe assim. Esses jovens, sempre conectados às redes, são os que sofrem os problemas das grandes cidades, a gentrificação, os transportes caros que lhe negam acesso à cidade e à cultura, são os que sofrem a violência policial.

Quando a direita, inclusive sua vertente fascista, tentou disputar às ruas em Junho, as passeatas esvaziaram e terminaram. A juventude não os seguiu, nem fez das Jornadas de Junho um movimento anti-PT, ou anti-Dilma. Por outro lado, as eleições de 2014 decepcionaram aqueles que esperavam um avanço eleitoral da esquerda.



A conjuntura é muito mais complexa e o caminho é árduo. Cabe às forças progressistas responderem aos anseios da juventude, fazer o bom combate, ou entregaremos todo um potencial político ao conservadorismo, à demagogia e ao discurso único da mídia monopolizada. O jogo está em andamento e seu resultado ainda não é previsível.

## **Bibliografia**

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. IN: Ermínia Maricato [Et al]. *Cidades Rebeldes. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 79-82.

CARCANHOLO, Marcelo. Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI. *Argumentum*. Vitória (ES), v.6, n.2, p. 14, jul/dez. 2014. P. 6-25.

IASI, Mauro. A rebelião, a cidade e a consciência. IN: Ermínia Maricato [Et al]. *Cidades Rebeldes. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 41-46.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. IN: *Dialética da Dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*; organização e apresentação de Emir Sader. – Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. IN: Ermínia Maricato [Et al]. *Cidades Rebeldes. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 13-18.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. IN: Carla Ferreira; Jaime Osorio; Mathias Luce (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012b. P. 103-133.

\_\_\_\_\_. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. IN: Carla Ferreira; Jaime Osorio; Mathias Luce (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. P. 37-86.

POCHMANN, Marcio. *O mito da grande classe média. Capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Theotonio dos. *Do Terror à esperança. Auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia das letras, 2012.

## Filme

REVOLTA do Buzu. Direção: Carlos Pronzato. Documentário, 70'. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

## Internet

“Bolsa Família é um programa barato, diz economista”. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/politica/bolsa-familia-e-um-programa-barato,-diz-economista-id344667.html>> Acesso em 02/07/2015

“China: os impactos no Brasil de um novo modelo de crescimento” Disponível em <<https://www.itau.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/publicacoes/macro-visao/china-os-impactos-no-brasil-de-um-novo-modelo-de-crescimento>> Acesso em 02/07/2015

“Congresso rejeita plebiscito com ajuda do PMDB. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/07/congresso-rejeita-plebiscito-com-ajuda-do-pmdb.html>> Acesso em 01/07/2015

“Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política” Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>> Acesso em 01/07/2015

“Eleição presidencial no Brasil em 2010” Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_presidencial\\_no\\_Brasil\\_em\\_2010](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2010)>. Acesso em 30/06/2015

“Eleição presidencial no Brasil em 2014” Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o\\_presidencial\\_no\\_Brasil\\_em\\_2014](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2014)> Acesso em 30/06/2015

“Votação para presidente nas principais cidades” Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-zona-eleitoral-presidencia/2-turno.html>> Acesso em 30/06/2015.